

Dissociação entre sintagmas plenos e clíticos pronominais – o caso dos clíticos dativos no português brasileiro

Eduardo Correa Soares e Pablo Nunes Ribeiro

Submetido em 02 de maio de 2012.

Aceito para publicação em 26 de junho de 2012.

Publicado em 30 de junho de 2012.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 407-432

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sábado, 30 de junho de 2012

23:59:59

DISSOCIAÇÃO ENTRE SINTAGMAS PLENOS E CLÍTICOS PRONOMINAIS – O CASO DOS CLÍTICOS DATIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Eduardo Correa Soares*
Pablo Nunes Ribeiro**

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar que clíticos pronominais dativos no português brasileiro não correspondem aos sintagmas preposicionais com os quais, por vezes, podem alternar. Assim, buscamos apresentar uma hipótese que capture as características desses clíticos: dativos são placeholders sintáticos mais proeminentes que objetos diretos, mas menos proeminentes que sujeitos profundos. Implementamos essa análise no framework da HPSG, ou seja, derivamos as características sintáticas dos dativos de sua posição na ARG-ST, atributo proposto por Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999) e Manning et al. (1999), e incorporado a essa teoria em Bender et al. (2003). Por fim, procuramos mostrar que esses clíticos compartilham propriedades sintáticas com o primeiro sintagma nominal de construções de duplo objeto (do inglês) e com argumentos marcados morfológicamente com o caso dativo (do albanês).

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura de Argumentos; Clíticos Pronominais; Dativos; HPSG

1. INTRODUÇÃO¹

Pronomes clíticos têm sido largamente estudados na linguística gerativa com respeito às suas propriedades morfossintáticas (cf. KAYNE, 1975; RIVAS, 1977; BOUCHARD, 1982; JAEGGLI, 1982, 1986; BORER, 1984; BURZIO, 1986; SPORTICHE, 1996, 1998). Uma das principais questões debatidas é a natureza da relação entre os pronomes clíticos e os sintagmas plenos aos quais são associados. Inserindo-se nessa discussão, o objetivo deste artigo é apresentar uma hipótese em que clíticos pronominais dativos no português brasileiro [PB] não correspondem aos sintagmas preposicionais [SPs] com os quais, por vezes, podem alternar, desenvolvendo argumentos que sustentam tal formulação. Dessa forma, buscamos formular uma hipótese que capture as propriedades sintáticas dessas construções: dativos são *placeholders* de uma posição sintática mais proeminente que a de objeto direto (incluindo-se nesta função sintática “sujeitos promovidos” de verbos inacusativos), mas menos proeminentes que a de sujeito profundo. Por fim, procuramos mostrar que esses pronomes clíticos compartilham características com o primeiro sintagma nominal de construções de duplo objeto (como, por exemplo, do inglês) e com argumentos marcados morfológicamente com o caso dativo (como, por exemplo, do albanês).

Implementamos essa análise no *framework* da *Head-driven Phrase Structure*

* Mestrando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, licenciado em Letras pela mesma instituição, bolsista Capes: soares_ec@yahoo.com.br

** Doutorando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Linguística pela mesma instituição, bolsista do CNPq: pablonribeiro@yahoo.com.br

¹ Agradecemos aos professores Sérgio Menuzzi, György Rakósi e Philip Miller, bem como aos três pareceristas anônimos e ao revisor de textos dos *Cadernos do IL*, pelos comentários na versão preliminar desse trabalho. Todos os problemas remanescentes são de exclusiva responsabilidade dos autores desse artigo.

Grammar – HPSG (POLLARD; SAG, 1987, 1994; BENDER *et al.* 2003). A HPSG é uma gramática de unificação, isto é, as estruturas precisam satisfazer restrições gramaticais de diferentes naturezas (fonológica, sintática, semântica, etc.) de maneira simultânea, não derivacional, em um único estrato gramatical. A fim de formalizar essa arquitetura, gramáticas como a HPSG são baseadas em matrizes de atributo-valor [MAV] e compartilhamento de valores². Neste trabalho, colocamos especial atenção no atributo ARG-ST, proposto por Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999) e Manning *et al.* (1999), uma vez que derivamos as características sintáticas dos dativos por meio desse atributo.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos algumas propostas prévias sobre o tratamento das propriedades sintáticas de clíticos pronominais e de argumentos plenos: (i) apresentamos as propostas em HPSG de tratamento dos clíticos pronominais em línguas românicas desenvolvidas por Miller e Sag (1997) e por Monachesi (1999, 2005) e nos opomos a elas, uma vez que essas propostas, em nível representacional, vinculam clíticos e argumentos plenos; (ii) apresentamos, em modelos derivacionais, uma proposta que vincula clíticos e argumentos plenos via derivação – a chamada “abordagem baseada em movimento” (KAYNE, 1975; RIZZI, 1986) –, e uma proposta que os associa de maneira representacional – a “abordagem baseada em geração na base” (RIVAS, 1977; BOUCHARD, 1982; JAEGGLI, 1982, 1986; BORER, 1981; BURZIO, 1986) –, e também nos opomos a elas, apresentando algumas dificuldades teóricas e analíticas dessas propostas no tratamento de certos fenômenos envolvendo o clítico dativo em PB e em outras línguas românicas³.

Na segunda seção, apresentamos alguns pressupostos teóricos da HPSG – teoria da ligação e análise de ergatividade –, a partir dos quais derivaremos a análise proposta na seção 3, qual seja, a de que dativos ocupam uma posição intermediária na hierarquia das funções sintáticas que é diferente da posição que ocupa o SP pleno. Acreditamos que essa seja a posição estrutural de qualquer tipo de argumento dativo, seja ele marcado morfologicamente por um morfema de caso ou posicionalmente (como é o caso do inglês), seja ele clítico pronominal.

Aceitando-se a proposta de unificação que defendemos, a análise desenvolvida neste trabalho se opõe, em alguma medida, às propostas anteriores da gramática gerativa para o tratamento de dativos, como Chomsky (1955/1975) e Larson (1988), que veem construções dativas como derivadas de SPs por meio de movimento⁴. Nosso argumento

² Estruturas de traços, tipos e compartilhamento de valores, segundo Pollard e Sag (1994), são mecanismos poderosos de descrição, baseados em teoria de modelos: uma descrição linguística, nessa perspectiva, corresponde a uma estrutura de predicados preenchida por argumentos (p. ex., $\exists x_1$ (SUJEITO (x_1) & SINTAGMA NOMINAL (x_1) & ...), em que os argumentos precisam ser compatíveis com todas as funções – traços – especificadas para eles. A representação condensada desses tipos de mecanismo são as matrizes de atributos-valores, em que traços são atributos (representados por letras maiúsculas), tipos são valores (representados por letras minúscula em itálico), o quantificador existencial e as variáveis são omitidos e os algarismos de índices são *tags* (representados por algarismos em caixinhas como $\boxed{1}$, $\boxed{2}$, $\boxed{3}$, ...).

³ Nosso intuito, com essa seção, não é esgotar todas as análises que já foram propostas para o tratamento da sintaxe dos clíticos na literatura sobre gramática gerativa: essa tarefa demandaria um espaço não disponível neste artigo. Revisamos, nessa seção, algumas propostas e algumas críticas que foram feitas a elas, buscando discutir as análises que põem em relevância a relação entre o clítico pronominal e o sintagma pleno com o qual por vezes pode alternar.

⁴ A proposta de Larson (1988) diz respeito, mais especificamente, às construções com duplo objeto em inglês. Conforme destacamos, em sua análise, o autor propõe que a construção com duplo objeto é

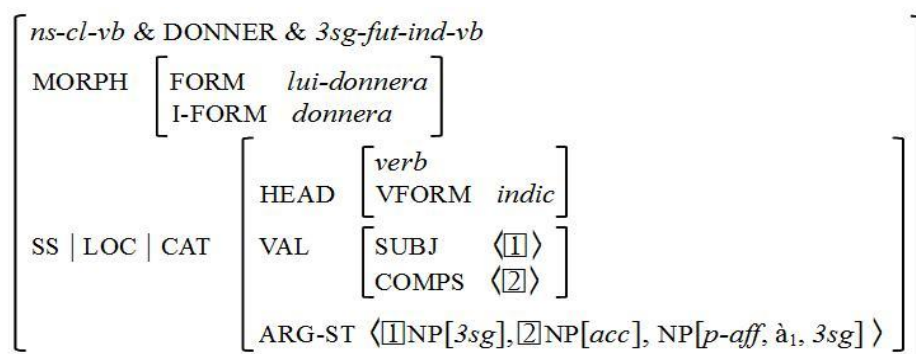
é justamente o contrário: as propriedades sintáticas da construção dativa e da construção com o SP mostram que estas duas construções, ainda que sejam utilizadas em alguns casos para expressar significados similares, não são sintaticamente relacionadas, ao menos se assumimos um único nível representacional, como sugere a proposta da HPSG (POLLARD; SAG, 1987, 1994)⁵.

Nossa conclusão é a de que, de fato, os clíticos pronominais em questão, em PB, são verdadeiros dativos e compartilham propriedades com dativos de outras línguas (marcados morfologicamente ou não), bem como não são sintaticamente vinculados, em nenhum nível estrutural, aos SPs que com eles alternam. Essas características podem ser bem capturadas no *framework* da HPSG, derivando-se as propriedades sintáticas dos dativos de sua posição na ARG-ST.

2. SINTAGMA PREPOSICIONAL VS. CLÍTICO DATIVO

Em Soares & Ribeiro (2011), é aplicada ao tratamento dos clíticos do PB a análise em HPSG proposta por Miller e Sag (1997) para o francês, e por Monachesi (1999, 2005) para as demais línguas românicas. No entanto, nesse artigo, os autores já apontam um problema para essa análise: os pronomes clíticos que saturam posições argumentais dos verbos são vinculados aos sintagmas plenos que com eles alternam ou coocorrem. Segundo essa análise, portanto, algumas MAVs propostas para dar conta da realização de clíticos pronominais lhes atribuem mais informação do que eles fornecem, vinculando-os a uma forma plena. Em (1), por exemplo, temos a restrição proposta por Miller e Sag (1997) para o verbo do francês *donner* “dar”, na 3ª pessoa do singular do futuro do indicativo, ao qual aparece cliticizado o pronome *lui* (lhe), o que resulta na forma *lui donnera* (lhe dará):

(1) MAV de *lui donnera* (francês) “lhe dará”:



(MILLER; SAG, 1997, p. 589)

derivada da construção com o SP por meio de movimento. Esta abordagem foi questionada por diversos autores, como Jackendoff (1990), Demonte (1995), entre outros. Há, ainda, outros trabalhos que estabelecem uma análise da realização dativa e preposicionada relacionada à semântica dessas construções, como Pinker (1989). Contudo, restringimos o presente trabalho a aspectos relacionados à sintaxe dessas construções.

⁵ É importante esclarecer que nossa crítica é direcionada a abordagens que relacionam construções dativas com construções que expressam significados similares por sintagmas preposicionados, independentemente de essa análise ser implementada em gramáticas derivacionais ou não.

Nessa matriz, no atributo MORPH, estão representadas informações necessárias à realização morfofonológica da forma verbal. Interessam-nos, no momento, as informações contidas nos atributos VAL e ARG-ST: em VAL, está representada a realização superficial (configuracional) do sujeito [1] e o objeto direto [2], por meio dos atributos SUBJ e COMPS. Em ARG-ST, além das informações pertinentes ao sujeito e ao objeto, há informação relacionada à realização do clítico – NP[*p-aff*, à₁, 3sg] – que, de maneira condensada, explicita que ele não é realizado em COMPS, por meio de *p-aff*, que ele é uma forma de 3ª pessoa do singular e é relacionado ao SP encabeçado por “à”. É esclarecido em nota de rodapé pelos autores, também, que “à₁” é um sintagma dativo em oposição ao locativo “à₂”, que alterna com o clítico *y* (conforme MILLER, 1992, p. 40). Isto é, explicitamente, Miller e Sag vinculam os clíticos aos SPs que com eles alternam.

De forma semelhante, Monachesi (1999, 2005) propõe restrições para dar conta da realização de clíticos pronominais em italiano, espanhol e português europeu que também lhes atribuem mais informação do que eles fornecem, vinculando-os no mesmo sentido, como podemos ver em (2) abaixo⁶.

(2) MAV dos atributos relevantes de *glielo spedisce* (italiano) “lho (lhe + o) envia”:

$$\left[\text{STEM} \mid \text{SS} \mid \text{L} \mid \text{C} \left[\begin{array}{l} \text{VAL} \mid \text{COMPS } \textit{elist} \\ \text{CLTS} \mid \langle \text{PP}[a]_{[3sgm]} \text{ NP}[\textit{acc}]_{[3sgm]} \rangle \end{array} \right] \right]$$

(MONACHESI, 1999, p. 59)

Em (2), vemos que o atributo CLTS, responsável pela representação dos clíticos *glielo* junto ao verbo, é saturado por um SP (PP[*a*]) e por um sintagma nominal (NP[acc])⁷.

Como apontado em Soares e Ribeiro (2011), podemos indicar, inicialmente, dois problemas, em PB (que podem ser replicados nas demais línguas românicas), para uma análise que pressupõe a associação entre clíticos dativos e SPs plenos: (i) em alguns casos, como em (3a,b), fica evidenciado que o sintagma pleno tem mais informação sintático-semântica do que o clítico é capaz de exprimir, uma vez que, nas construções com o clítico (cf. (3a,b)), há ambiguidade entre “de mim” e “para mim” – isto é, quando é empregado o clítico é possível que o argumento seja interpretado como origem (ou expossuidor) ou meta (ou beneficiado/possuidor) do OD *flores*; (ii) em outros casos, como em (4), não há forma plena correspondente na estrutura de argumentos do verbo (as duas formas possíveis *a minha perna* e *??a perna de mim* seriam informações internas ao sintagma nominal cujo núcleo é *perna*, e não elementos da ARG-ST do verbo, i. e., subcategorizados)⁸:

⁶ Embora saibamos que o exemplo em (2) é uma abreviação, a autora não dá informações mais explícitas sobre como se dá a saturação da subcategorização do verbo por meio de clíticos pronominais. Essa abreviação, no entanto, já suscita ressalvas em relação à análise desse fenômeno na proposta da autora.

⁷ Ainda que Sportiche (2011) argumente em favor de uma análise que também dissocie o clítico em posição acusativa e o sintagma nominal com o qual alterna, as evidências em PB para se acreditar que há problemas quanto à associação desses clíticos aos objetos diretos plenos são mais fracas do que em relação aos clíticos dativos. Assim, deixamos para uma investigação futura essa dissociação.

⁸ Um parecerista anônimo chamou atenção para o fato de que, no português europeu, são gramaticais sentenças como “O rapaz quebrou-me a perna a mim”, porém somente em contexto de RC e com um SP

- (3) a. O rapaz me comprou flores.
b. O biltre me levou o carro.

(4) O rapaz me quebrou/ destroncou/ deslocou a perna.

(SOARES & RIBEIRO, 2011, p. 141)

Da mesma forma, em modelos derivacionais prévios a essa proposta, encontramos essa mesma associação entre clíticos e SPs, principalmente nas análises “baseadas em movimento” de constituintes, como Kayne (1975) (cf. ANAGNOSTOPOULOU, 2006). Esse tipo de análise depende, em grande medida, de um argumento proposto por esse autor: clíticos e argumentos plenos parecem apresentar distribuição complementar, pois, em francês e em italiano, eles não podem coocorrer em uma mesma sentença. Críticas em relação a essa associação foram largamente desenvolvidas em diversos textos. Jaegli (1982, 1986) mostra a partir dos dados de “redobro do clítico” (*clitic doubling*) [RC] que o argumento central para essa análise não se sustenta em algumas outras línguas. De acordo com esse autor, se levamos em consideração que a posição de complemento do verbo é ocupada por um SP pleno em configuração de RC, como, por exemplo, em (5c), uma análise com movimento para essas estruturas parece não ser a melhor representação sintática.

- (5) a. Maria me preparou o bolo.
b. Maria preparou o bolo pra mim.
c. Maria me preparou o bolo pra mim.⁹

(SOARES & RIBEIRO, 2011, p. 141)

Esse tipo de estrutura sugere que os clíticos são gerados diretamente em sua posição ao lado do verbo, como propõem as análises lexicalistas de Miller e Sag (1997) e de Monachesi (1999, 2005), bem como as análises baseadas em “geração na base” (*base-generated approaches*), como em Rivas (1977), Bouchard (1982), Jaeggli (1982, 1986), Borer (1981), Burzio (1986), entre outros. Além disso, Anagnostopoulou (2006, p. 532) pontua que os dativos éticos do espanhol constituem um argumento a mais para “geração na base” e, conseqüentemente, para a dissociação que propomos entre clíticos dativos e os argumentos plenos a eles associados. Em espanhol, segundo a autora, dativos éticos são obrigatoriamente realizados como clíticos, ou seja, essa é a única posição sintática que possibilita a expressão de um participante associado a esse significado (*Me le arruinaron la vida a mi hijo./ *Le arruinaron la vida a mi hijo a mi.* “Me arruinaram a vida do meu filho” – dados primeiramente discutidos em Perlmutter (1971)). Em português, há dados semelhantes, como, por exemplo, em (6)¹⁰:

encabeçado pela preposição “a” (construção semelhante pode ser encontrada em espanhol). Conforme Torres Morais (2006, p. 258), há também um contraste entre “Dei-lhe o livro, a ela/*Dei-lhe o livro, para ela” no PE. Por razões de espaço, não poderemos explicitar uma análise para o Redobro do Clítico de acordo com a nossa proposta. Principalmente, acreditamos que esse fenômeno poderia ser explicado por uma relação semântica entre os complementos. Nesse artigo, restringimos a proposta de dissociação à questão sintática.

⁹ Ao menos no dialeto falado na região de Porto Alegre, esta sentença é aceitável.

¹⁰ As sentenças com os SPs *para mim* e *em mim* são gramaticais, mas não no sentido relevante para esse trabalho (ou seja, dativo de interesse).

(6) O Alex me quebrou a xícara do Jô (#para mim/#em mim/*de mim).

Jaeggli (1982, p. 18–19) sustenta que clíticos dativos éticos são gerados na posição ao lado do verbo (a base), pois não podem alternar com SPs plenos como ocorre com os demais clíticos dativos cuja alternância é constatada. Essa proposta de Jaeggli vai ao encontro da proposta que estamos defendendo neste artigo: clíticos dativos e SPs devem ser dissociados, não se estabelecendo nenhuma relação sintática entre essas duas estruturas, ainda que em certos casos eles possam expressar a mesma relação semântica.

Por sua vez, Borer (1981) argumenta que a relação necessária entre o clítico e a posição argumental que ele satura é puramente representacional. Baseada na Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY, 1981), a autora propõe que o clítico deve c-comandar a posição argumental, de modo que possa ser coindexado com ela (ver também JAEGGLI, 1986). É de se ressaltar que as análises baseadas em “geração na base” são muito similares a representações em termos de movimento, pois se parecem com o resultado final dessas operações, ou seja, um elemento coindexado com uma categoria vazia, o que nos faz ter ressalvas também em relação a essas análises.

Uma evidência adicional para a dissociação entre clíticos pronominais dativos e SPs é dada pela agramaticalidade da reflexivização do pronome dativo em sentenças passivas. Observe os dados (7-10) a seguir: em (7), mostramos que SPs de verbos bitransitivos na voz ativa podem ter interpretação dêitica em (7a) ou serem coindexados com o sujeito ou o objeto direto da sentença em (7b); em (8), vemos que os clíticos dativos podem ter, também, interpretação dêitica em verbos bitransitivos em (8a), mas o reflexivo *SE* na mesma posição só pode ser coindexado com o sujeito *João* em (8b), diferentemente do SP em (7b); em (9), mostramos que o SP, com o mesmo verbo na voz passiva, pode, também, ter interpretação dêitica, em (9a), ou pode ser coindexado com o sujeito alçado da sentença na voz passiva, como em (9b); por fim, salientamos que o pronome dativo na mesma sentença, quando tem interpretação dêitica, é gramatical em (10a), e, quando é trocado pelo dativo *SE*-reflexivo, a sentença similar é agramatical, como em (10b).

(7) a. João apresentou o Pedro para mim.

b. O psicólogo_i apresentou um (novo) Pedro_j para si mesmo_{i/j}.

(8) a. João me apresentou o Pedro.

b. João_i se_{i/*j} apresentou um (novo) Pedro_j.

(9) a. O Pedro foi apresentado para mim.

b. Um (novo) Pedro_i foi apresentado para si mesmo_i (pela psicóloga).

(10) a. O Pedro me foi apresentado.

b. *Um (novo) Pedro_i se_i foi apresentado (pela psicóloga).

É um problema razoavelmente conhecido na literatura essa impossibilidade da reflexivização com *SE* do clítico dativo em frases na voz passiva, como em (10b), semelhantes a frases ativas com pronomes dativos, como em (8a, b) (ver RIZZI, 1986, BURZIO, 1986, para o italiano, e SPORTICHE, 2011, para o francês). Note-se que, como mais um argumento para a dissociação do argumento pleno e do clítico, a mesma

sentença com um SP em (9b) é gramatical.

Há duas explicações tradicionais dentro da Teoria da Regência e Ligação (*Government and Binding*) [GB] para a agramaticalidade da sentença em (10b), a primeira dentro da abordagem de “geração na base” e a segunda dentro da abordagem baseada em “movimento do clítico”: (i) essa sentença seria agramatical devido à natureza do clítico pronominal *SE* nas línguas românicas (cf. BURZIO, 1986); e (ii) essa agramaticalidade estaria ligada à ideia de condições sobre o movimento da passiva e o índice do reflexivo (*Conditions on Chains*, cf. Rizzi, 1986). Uma terceira proposta, que toma elementos dessas duas análises prévias, mas é implementada de acordo com os pressupostos do Minimalismo, foi explorada por Sportiche (2011), conforme veremos a seguir.

Burzio (1986) propõe uma generalização em relação à distribuição do reflexivo *SE*, que é descritivamente adequada. Sua proposta sustenta que *SE* é o equivalente nas línguas românicas de *himself/themselves* do inglês e deve ter como antecedente o “sujeito profundo” (*deep subject*) de sua sentença. Isto é, o antecedente necessário para a ligação do reflexivo *SE* não pode ser o *output* de um movimento; antes deve estar nessa posição em todos os passos da derivação. Como salientamos, essa generalização é descritivamente correta e dá conta também dos casos de alçamento do sujeito em (12) abaixo.

- (11) a. O psicólogo_i parece/soa pra mim (estar) confuso.
b. O psicólogo_i parece/soa para si mesmo_i (estar) confuso.

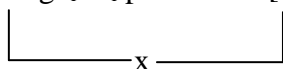
- (12) a. O psicólogo me parece/soa t_i (estar) confuso.
b. *O psicólogo_i se_i parece/soa [t_i (estar) confuso].



Nossa reserva em relação à proposta de Burzio (1989) provém de razões teóricas: (i) o modo como o autor propõe a generalização parece isolar o *SE* dos demais reflexivos, ou seja, o *SE* parece ser o único reflexivo orientado somente para o sujeito profundo, já que é possível ligar *para si mesmo* em (11b) com o sujeito de um verbo de alçamento e com o objeto direto de um verbo bitransitivo em (7b); e (ii) parece estar escapando a essa generalização de Burzio o fato de que o *SE*, nesse caso, está em uma posição dativa, isto é, acreditamos que essas propriedades, corretamente observadas pelo autor, são fruto de outras generalizações da gramática, independentemente motivadas e não relacionadas somente a esse elemento, conforme proporemos na seção 4 a seguir¹¹.

Podemos ilustrar a proposta de Rizzi (1986) a partir do caso clássico de verbo de alçamento em (12b), rerepresentado como (13).

- (13) *O psicólogo_i se_i parece/soa [t_i (estar) confuso].



¹¹ Sportiche (2011) apresenta outras razões para criticar a proposta de Burzio (1986) que dependem de considerações teóricas e analíticas dentro do *framework* do Minimalismo, como o fato de SPs agentes da passiva serem analisados como sujeitos profundos. Como o objetivo deste artigo não é se aprofundar nos modelos teóricos chomskianos, remetemos o leitor ao texto de Sportiche para considerações a esse respeito.

hipótese sem custo adicional postular que esse tipo de construção é idêntica aos outros tipos de resultado de regra de movimento, que, na teoria de Checagem (*Checking theory*, Chomsky 1995), envolvem movimento exigido pelo licenciamento de uma relação especificador-núcleo, tendo-se em vista que construções clíticas parecem envolver propriedades de movimento de um XP comum, com a respectiva checagem de traços relevantes.

Com essa teoria, Sportiche escapa dos argumentos contra análise baseada em movimento, como RC, uma vez que as estruturas de línguas que permitem e que não permitem RC seriam idênticas, parametrizáveis quanto à possibilidade ou não de expressar o argumento pleno. A partir, então, dessa ideia de movimento baseada em teoria de checagem de traços, Sportiche (2011) explica que a cliticização de *SE* (ou do morfema *s-*, segundo o autor) o transfere para uma posição A de c-comando, alterando a hierarquia tradicional Suj > OD > Dat: essa posição é mais baixa que o Sujeito, mas mais alta que o OD, seguindo a seguinte hierarquia:

(15) S > IO > O > t_{IO}

Sportiche defende que essa alteração nas relações de c-comando se dá porque *s-* é um morfema de voz e aspecto, e esses núcleos funcionais são capazes, em geral, de alterar as relações da estrutura de argumentos dos verbos. Em Ribeiro e Soares (a sair), é mostrado que os argumentos para atribuição de aspecto e voz ao *SE* das línguas românicas são derivados de outros princípios, semânticos e sintáticos, e não relacionados ao fato de esse clítico ter essas informações.

Nesse artigo, opomo-nos, em parte, à proposta de Sportiche, porém compartilhamos certos pontos. Defendemos, como mostraremos na seção 4, que a hierarquia das funções diretas de fato deve ser semelhante à proposta pelo autor – referida aqui em (15) –, mas acreditamos que ela é fruto de uma dissociação entre a posição de proeminência sintática dos clíticos dativos e dos SPs que com eles alternam. Além disso, não acreditamos que os clíticos sejam elementos que ocupem uma posição de concordância com os SPs plenos. Se assumíssemos uma hipótese de concordância, (16a) e (17) deveriam ser agramaticais, e (16b) deveria ser gramatical, quando, na verdade, é atestado justamente o contrário.

(16) a. A gente_i se_i deu um monte de presentes para nós mesmos_i.
b. *A gente_i nos_i deu um monte de presentes para nós mesmos_i.

(17) El profesor nos/os/les dió la A a la clase entera.
“O professor nos/vos/lhes deu nota A a toda a turma.”
(BEAVERS; NISHIDA, 2010, p.221)

Não buscamos explorar a fundo a consequência da análise desses exemplos neste artigo; basta-nos a observação de que não é uma condição necessária a concordância (ao menos de traços morfossintáticos como número e pessoa) entre clítico e SP pleno.

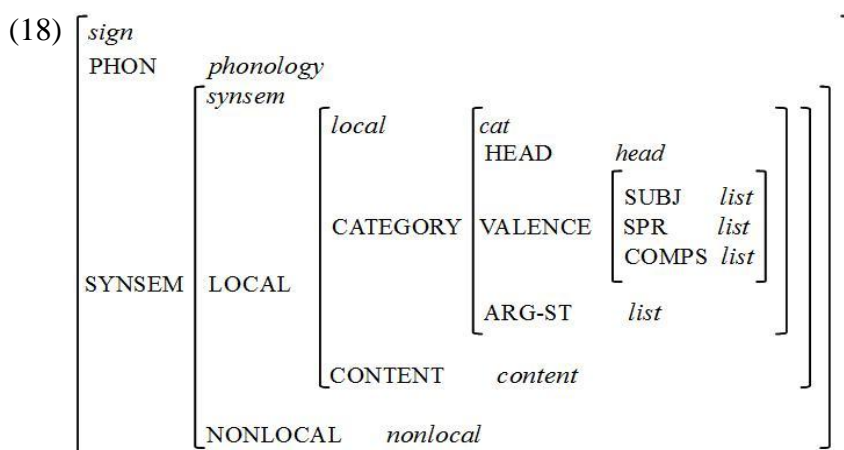
Assim, embora Sportiche (2011) proponha uma hierarquia de funções sintáticas semelhante à que proporemos na seção 4, ainda assim o autor defende a associação entre sintagmas plenos e clíticos dativos, o que acreditamos não ser adequado. Além disso, o arcabouço teórico no qual nossa análise se sustenta é outro: implementaremos a análise em uma gramática representacional, lexicalista, orientada para a superfície, de

um só nível (não-derivacional) e de unificação (diferentes módulos conversam em paralelo) – a HPSG.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE

Como salientamos anteriormente, a HPSG (POLLARD; SAG, 1987, 1994; BENDER *et al.* 2003) é uma teoria gramatical lexicalista e baseada em restrições. A HPSG é uma gramática de unificação: as estruturas precisam satisfazer restrições gramaticais de diferentes naturezas (fonológica, sintática, semântica, etc.) de maneira simultânea, não derivacional, em um único nível gramatical.

As representações das entidades linguísticas em HPSG são formalizadas por meio de estruturas de traços (MAVs), sendo que a unidade fundamental de representação linguística nesta teoria é o signo (*sign*). Signos são estruturas complexas que contêm informações fonológicas, semânticas e sintáticas de uma unidade linguística; ou seja, diferentemente de outros modelos, na HPSG os itens lexicais possuem estrutura interna, e isso permite a explicação da complexidade dos fenômenos em que eles estão envolvidos. Signos são representados em MAVs, como (18)¹³:

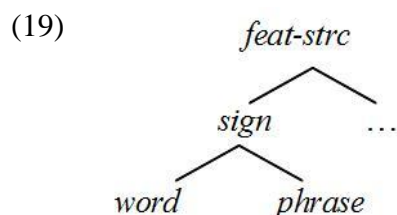


O valor de CONTENT contém todas as informações semânticas dos objetos linguísticos. Por sua vez, o atributo CATEGORY codifica informações relativas à categoria sintática da palavra ou do sintagma, e é composto pelos seguintes atributos: (i) HEAD, que diz respeito aos traços morfossintáticos do signo (p. ex., categoria, forma verbal ou caso), (ii) VALENCE, referente às propriedades superficiais de realização dos argumentos dos signos – o atributo VAL é composto por SUBJ (sujeito), SPR (especificador) e COMPS (complementos) –, e (iii) ARG-ST, o nível sintático de exigência de combinação, que codifica informações sobre a hierarquia de proeminência (obliquidade).

Um dos principais dispositivos da HPSG é a organização do léxico por meio de uma “hierarquia de heranças múltiplas” de tipos linguísticos, em que subtipos exibem propriedades comuns a seus supertipos. Com base nessa hierarquia, é possível expressar regularidades em relação às informações gramaticais entre diferentes elementos linguísticos de maneira extremamente econômica. A hierarquia de tipos representa a

¹³ Ver nota 2.

relação que se estabelece entre os tipos e subtipos possíveis para as entidades linguísticas: nessa relação, um subtipo herda todos os atributos de seu supertipo, e deve especificar valores para eles. Às palavras (*words*), por exemplo, é atribuída uma estrutura de traços (*feature structures*) cujos atributos são especificados pelas heranças herdadas dos seus supertipos. Instanciações de um dado subtipo (p. ex., itens lexicais) devem especificar valores para todos os traços declarados por esse tipo e aqueles herdados do(s) seu(s) supertipo(s). Alguns dos tipos básicos de estruturas de traços são ilustrados em (19):



Nas subseções seguintes, apresentaremos algumas análises em HPSG para os fenômenos da Ligação e da Ergatividade, necessárias para a análise que propomos para capturar a dissociação entre SPs plenos e clíticos pronominais dativos e para explicar os fenômenos a eles associados.

3.1. Teoria da Ligação em HPSG

Primeiramente, é necessário introduzirmos a Teoria da Ligação desenvolvida por Pollard e Sag (1994)¹⁴. Esses autores propõem uma Teoria da Ligação em HPSG baseada na noção de *obliqueness command* (o-comando), a qual, ao contrário do c-comando na Teoria da Regência e Ligação, não é baseada em configurações na árvore sintática, mas sim na obliquidade das funções gramaticais na ARG-ST. A noção de o-comando local é definida da seguinte maneira:

(20) O-comando local: sejam Y e Z objetos *synsem* com valores de LOCAL distintos, e seja Y referencial. Então Y o-comanda localmente Z se e somente se Y é menos oblíquo que Z.

(POLLARD; SAG, 1994, p. 252)¹⁵

Em linhas gerais, segundo essa teoria, a ordem dos complementos na ARG-ST define as funções gramaticais mais oblíquas, e a noção de o-comando estabelece, *grosso modo*, que um argumento menos oblíquo o-comanda um argumento mais oblíquo. Com base nessa noção, os princípios da Teoria da Ligação em HPSG são formulados da

¹⁴ Ver Everaert (2001) para uma visão comparativa entre as propostas de Teoria da Ligação em HPSG, GB e em Reinhart e Reuland (1993).

¹⁵ Tradução livre do autor. No original: “Local o-command: Let Y and Z be *synsem* objects with distinct LOCAL values, Y referential. Then Y locally o-commands Z just in case Y is less oblique than Z.” Como os autores explicam, a noção de o-comando local está incluída em uma noção mais geral de o-comando, a qual define que Y também o-comanda todos os elementos contidos em um complemento mais oblíquo do mesmo núcleo. Para uma discussão mais detalhada, ver Pollard e Sag (1994).

seguinte maneira por Pollard e Sag (1994):

(21) *Teoria da Ligação em HPSG*

Princípio A. Uma anáfora o-comandada localmente deve ser localmente o-ligada.

Princípio B. Um pronome pessoal deve ser localmente o-livre.

Princípio C. Um elemento não pronominal deve ser o-livre.

(POLLARD; SAG, 1994, p. 252)¹⁶

Em desenvolvimentos posteriores dessa teoria, Manning e Sag (1998, 1999) mostram uma dissociação entre a propriedade de o-comando e a realização sintática configuracional (ou seja, as relações arbóreas). Em Tagalog¹⁷, o “sujeito” (ou argumento externo, em GB) pode ser ligado com o “objeto direto” (dentro dos colchetes, abaixo), como vemos em (22a).¹⁸

(22) a. [Mang-ida diri-na] si João.

VozAtiva-ver REFL.3^aps Det João

'João_i viu a si mesmo_i.'

b. *[Mang-ida si João] diri-na.

VozAtiva-ver Det João REFL.3^aps

'A si mesmo_i viu João_i.'

(23) a. *[Di-ida diri-na] si João.

VozObjetiva-ver REFL.3^aps Det João

'A si mesmo_i viu João_i.'

b. [Di-ida si João] diri-na.

VozObjetiva-ver Det João REFL.3^aps

'João_i viu a si mesmo_i.'

(MANNING; SAG, 1998, p. 14)

Segundo Manning e Sag (1998, 1999), em (22a), a oração na voz ativa é possível, pois *si João* (Sujeito) o-comanda o reflexivo *diri-na* (Objeto Direto), licenciando a o-ligação entre os dois. Em (22b), a oração é agramatical, uma vez que o reflexivo *diri-na* (sujeito) o-comanda *João* (objeto direto), e, pelo Princípio C, elementos não pronominais não podem ser o-ligados. A voz objetiva dos exemplos em (23), segundo Manning e Sag (1998, 1999), opera uma alteração somente na vinculação do primeiro argumento de ARG-ST à função de sujeito (SUBJ em (18)) e o segundo argumento à função de objeto (COMP em (18)): o primeiro argumento passa a ser vinculado à função de objeto, e o segundo, à função de sujeito. Uma das evidências para isso é que o sujeito, na voz objetiva, pode ser o-ligado ao objeto direto (mesmo estando mais alto na árvore sintática – o que pode ser demonstrado por alguns testes, conforme os autores), como em (23b), mas o objeto, na voz objetiva, não pode ser o-ligado, como vemos em (23a). Segundo os autores, a explicação para esse fenômeno consiste no fato de a ARG-ST manter relações de proeminência sintática intimamente ligadas ao item lexical, e não necessariamente à sua realização sintática superficial.

¹⁶ Tradução livre do autor. No original: “The Binding Theory: Principle A. A locally o-commanded anaphor must be locally o-bound. Principle B. A personal pronoun must be locally o-free. Principle C. A nonpronoun must be o-free.”

¹⁷ Tagalog é uma língua austronésia falada nas Filipinas.

¹⁸ As glosas são traduções para o português das glosas em inglês do artigo do qual foram extraídos os exemplos, tais quais foram propostas pelos autores do artigo.

Assim, os autores mostram que as propriedades de ligação são definidas exclusivamente em ARG-ST, e não fazem referência à realização superficial codificada em VAL. Na próxima subseção, mostraremos como se dá a vinculação entre ARG-ST e VAL.

3.2. Ergatividade e/vs. Inacusatividade

Em Pollard e Sag (1987) e Pollard e Sag (1994, caps. 1–8), os argumentos subcategorizados de um núcleo são estocados em um única lista ordenada – SUBCAT. No entanto, Borsley (1989) sustenta que há vários problemas nessa abordagem e propõe que essa lista seja dividida em sujeito, complemento e especificador, como em (18). De acordo com Manning e Sag (2008), essa proposta é amplamente aceita na chamada HPSG3 (POLLARD; SAG, 1994, cap. 9). Essa abordagem propõe para a HPSG uma distinção análoga à diferença entre argumento externo e interno em GB e resolve uma série de problemas, como o fato de preposições não poderem ter um SN como especificador¹⁹. Em HPSG3, essa lista de traços de valência cujos valores são “cancelados” (como na Gramática Categorial de Permulter (1971)) especifica as possibilidades de combinação dos itens lexicais. Um item lexical combina-se com seus complementos e com o sujeito ou especificador de acordo com suas especificações lexicalmente herdadas.

Como salientam Manning & Sag (1998, 1999), nesse modelo, a lista SUBCAT não captura as propriedades superficiais de subcategorização (relacionadas à realização dos argumentos como sujeito ou objeto de uma sentença), antes é um atributo somente de itens lexicais, usado para explicar fenômenos como ligação anafórica e subcategorização profunda. Assim, em trabalhos recentes, a lista de subcategorização tem sido renomeada como ARG-ST.

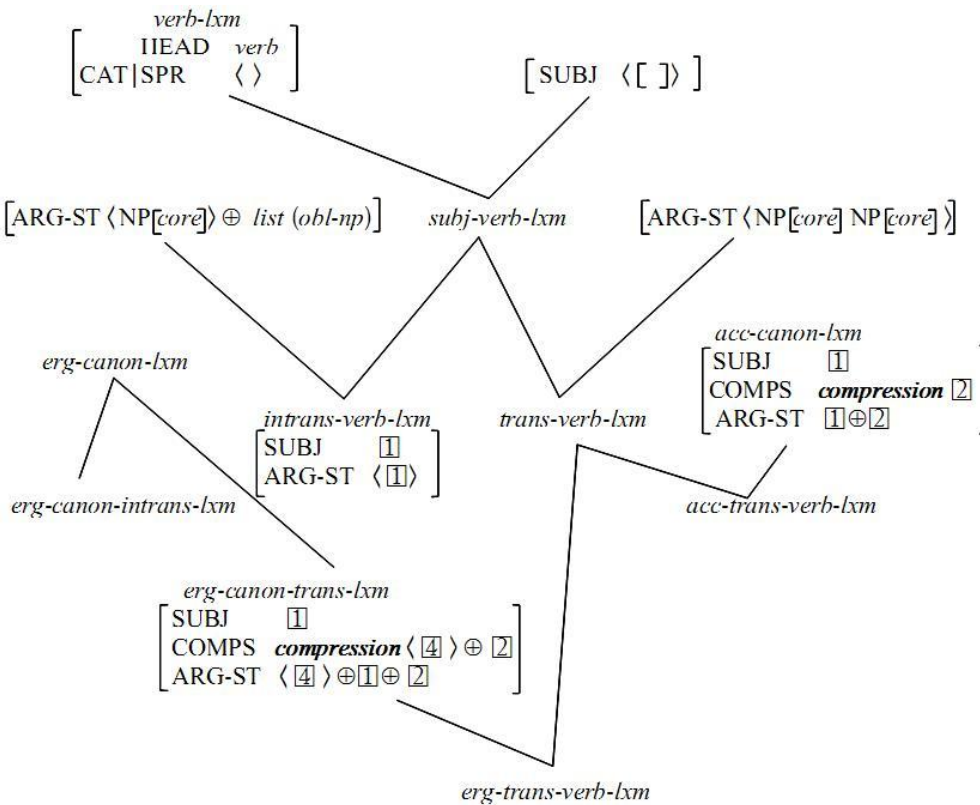
Uma série de fenômenos são usados para demonstrar dissociações entre ARG-ST e VAL como, por exemplo, o chamado parâmetro *pro-drop*, as dependências não-ligadas e os clíticos pronominais, em que argumentos de ARG-ST não aparecem na lista de VAL (SAG; FODOR, 1994; SAG; GODARD, 1994; MILLER; SAG, 1997; BOUMA *et al.* 1998). Em trabalhos mais recentes, Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999) e Manning *et al.* (1999) focam-se em algumas outras dissociações interessantes entre ARG-ST e VAL: tipos de dissociações relacionadas a passivas, ligação anafórica e línguas ergativas, como apresentado na seção anterior.

Na proposta de Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999) e Manning *et al.* (1999), a vinculação entre ARG-ST e os traços SUBJ e COMPS em VAL ocorre por “restrições de realização”, que, sinteticamente, são como (24)²⁰:

¹⁹ Para mais detalhes, ver Borsley (1989), Pollard e Sag (1994, cap. 9), Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999), Manning *et al.* (1999).

²⁰ Há duas restrições no topo da hierarquia de heranças múltipla – ou seja, que são o *default* do sistema – que preveem que os *verb-lxm* têm como atributos relevantes CAT com o valor *verb* e SPR com o valor $\langle \rangle$, isto é, vazio (pois especificador e sujeito são objetos gramaticais diferentes em HPSG). Além disso, essas restrições garantem que um *subj-verb-lxm* herde os atributos de *verb-lxm* e tenha também o atributo SUBJ $\langle [] \rangle$ preenchido, conforme (24).

(24) hierarquia parcial de restrições de associação entre ARG-ST e VAL



(adaptado de MANNING; SAG, 1999, p. 73)

Essas restrições na hierarquia preveem:

- (a) a realização intransitiva canônica: o único argumento (disponível) de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ, conforme *intrans-verb-lxm*;
- (b) a realização acusativa canônica: o primeiro argumento de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ e o segundo argumento, com COMPS, conforme *acc-trans-verb-lxm*;
- (c) a realização ergativa transitiva canônica: o segundo argumento de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ, e o primeiro argumento, com COMPS, conforme *erg-trans-verb-lxm*, que dá conta dos exemplos em (23).

Exploremos agora possíveis dissociações entre ARG-ST e VAL em PB. Um pré-requisito para que tenhamos um verbo inacusativo em uma língua acusativa é a não expressão do sujeito. Aceitando, por hipótese preliminar, que, para o PB, existe uma lista de ARG-ST como a proposta em (25), em que o dativo é visto como idêntico à posição de oblíquo na hierarquia, sem a expressão do sujeito, temos a possibilidade da realização de um objeto direto sozinho ou com um oblíquo, como em (26).

(25) Suj > OD > Obl [Dat ⊆ Obl]

- (26) a. Lá existia um caçador.
- b. Lá existia um caçador com sua esposa.
- c. Lá existia um caçador_i consigo mesmo_i em sua solidão.

Somente com essas três possibilidades de combinação seria impossível atestar a presença ou não de inacusatividade (ou de qualquer dissociação entre ARG-ST e VAL) no PB tal como propomos em HPSG: como, em HPSG, não há uma posição estrutural em que um sujeito de um verbo inacusativo receba o papel temático apropriado – paciente ou tema –, diferentemente das configurações estruturais da GB (conforme a “Generalização de Burzio”, BURZIO, 1986), seria impossível atestar a existência de inacusatividade estrutural (ou seja, a inacusatividade seria exclusivamente um fenômeno da interface semântica-sintaxe). Porém, se aceitamos a hipótese que desenvolveremos na próxima seção, de que dativos são mais proeminentes em ARG-ST do que objetos diretos, a inacusatividade passa a poder ser atestada em PB, por exemplo, pela impossibilidade da utilização do *SE* reflexivo na posição de dativo com verbos inacusativos, uma vez que esses não poderiam ser o-ligados em ARG-ST.

Nas próximas seções, mostraremos algumas implicações dessa análise na interação com clíticos pronominais dativos do PB. Mostraremos que a dissociação entre clíticos e pronomes plenos é necessária e explica os fenômenos relacionados às propriedades de ligação desses pronomes.

4. OS CLÍTICOS DATIVOS E SUA POSIÇÃO NA ARG-ST

Sustentamos, na segunda seção, que os argumentos plenos e os clíticos pronominais que podem alternar com eles não podem ser associados diretamente, pois esses dois tipos de estruturas exibem propriedades sintáticas distintas. Nessa seção, queremos mostrar como a interação com os princípios da Teoria da Ligação em HPSG interagem com essa proposta de dissociação entre o clítico e o argumento pleno. Em especial, mostraremos que os clíticos dativos e os sintagmas preposicionais com que são associados não ocupam a mesma posição na ARG-ST, pois as propriedades de ligação desses pronomes e dos SPs são distintas.

Partindo, então, de uma gramática lexicalista como a HPSG, buscaremos explicitar uma análise das propriedades sintáticas dos clíticos dativos que dê conta dos problemas apresentados na seção 2, dentro do *framework* apresentado na seção 3, e que capture e explique os fenômenos associados a esses pronomes²¹. Nossa proposta se baseia no fato, que viemos sustentando, de que clíticos e argumentos plenos são diferentes em termos de propriedades sintáticas (como mostramos em seções anteriores). E, segundo a nossa proposta, eles ocupam posições diferentes na ARG-ST, respeitando a hierarquia de proeminência em (27)²².

²¹ Em Miller e Sag (1997, p. 589, nota 21), é proposto que os valores *acc* e *à* (que representam respectivamente clíticos acusativo e dativo) sejam um subtipo de *objective (obj)*. Isso permite, segundo os autores, referir a esses clíticos como uma classe natural, mostrando a intuição de que o clítico dativo compartilha propriedades de proeminência estrutural com o clítico acusativo – e, em certa medida, contradiz a ideia expressa pela preposição *à*, a qual o clítico é associado –, porém essa relação não se torna explícita. Nossa proposta vai de encontro a essa ideia dos autores e, de forma mais explícita, propõe que ambos, dativos e ODs, sejam argumentos diretos em ARG-ST, formulando de maneira não estipulativa uma hipótese para a semelhança entre esses dois tipos de argumentos.

²² Em Soares (2010) e em Soares e Menuzzi (2010), é proposta uma hierarquia semelhante, com base em aspectos funcionais, semânticos e discursivos dos clíticos. Nesse trabalho, a ideia expressa por sujeito seria expressa pelo primeiro sintagma nominal pleno na ARG-ST (restrito a “sujeitos profundos”), a de dativo pelo segundo e a de objeto direto pelo terceiro (incluindo-se nesta terceira posição de sintagma nominal “sujeitos promovidos” de verbos inacusativos).

(27) Sujeito > Dativo > Obj. Direto > Oblíquos

Assim, defendemos que, diferentemente dos SPs, os clíticos dativos (reflexivos ou não) ocupam a segunda posição da ARG-ST quando coocorrem com “sujeitos profundos” (sujeitos de verbos inergativos) e, na falta deste, ocupam a primeira posição da ARG-ST. Além disso, como mostraremos a seguir, acreditamos que essa não é uma particularidade dos clíticos dativos do PB, mas sim uma propriedade compartilhada por dativos em diversas línguas, responsável por *relacionar as diversas realizações superficiais de dativos como uma única classe natural*.

O primeiro argumento que arrolamos para dissociar os clíticos dos SPs é o de que, como mostram os exemplos (3) e (4), repetidos em (28) e (29), os clíticos parecem receber papel temático (ou simplesmente interpretação semântica) de modo diferente dos SPs: enquanto, em sintagmas plenos, a preposição parece ter um papel significativo na interpretação do papel do argumento, quando cliticizado, o argumento parece ser menos especificado quanto ao seu papel no evento. Assumindo-se a proposta de dissociação, para os exemplos em (28) e em (29), é preciso somente propor uma regra de interface entre sintaxe e interpretação semântica geral o suficiente para abranger os três papéis semânticos: *meta* em (28a), *origem* em (28b) e *possuidor inalienável* em (29); por outro lado, se assumíssemos a associação entre sintagmas plenos e clíticos, teríamos de propor três regras dessa natureza.

(28) a. O rapaz me comprou flores.
b. O biltre me levou o carro.

(29) O rapaz me quebrou/destroncou/deslocou a perna.

(SOARES & RIBEIRO, 2011, p. 141)

De um modo semelhante, a regra de interface entre realização de dativos e seu papel temático poderia ser unificada, de modo que abrangesse tanto a realização de dativos de verbos tri-argumentais, que também podem ser saturados por SPs, como *dar*, *mandar* e *enviar*, quanto a realização de dativos éticos, que só podem ser realizados por clíticos, conforme (6), repetido em (30) abaixo.

(30) O Alex me quebrou a xícara do Jô (#para mim/#em mim/*de mim).

Como mostramos, então, esses exemplos, além de colocarem um problema para as abordagens que associam SPs plenos e clíticos dativos, oferecem evidência de que a análise proposta aqui é mais econômica teoricamente do que aquelas abordagens.

A principal evidência empírica para nossa análise é o tratamento da ligação desses pronomes clíticos. Lidaremos com este problema em duas partes a seguir: (i) primeiramente, mostraremos que a nossa proposta oferece um tratamento das possibilidades de ligação desses pronomes que é derivado da hierarquia proposta e não necessita de nenhum mecanismo adicional para a análise; e (ii) na seção seguinte, debateremos uma possível objeção, que, conforme acreditamos, é real mas não é forte o suficiente para desconstruir nossa hipótese.

Como mostramos na seção anterior, os efeitos de inacusatividade não teriam qualquer análise estrutural, em HPSG, se considerássemos uma hierarquia como (25). Aceitando uma hierarquia como propomos em (27), haveria uma diferença estrutural

entre verbos inergativos, como (31), e inacusativos, como (32), que não seria capturada pela hierarquia em (25): verbos inergativos teriam seu sujeito disponível para ligação com o pronome dativo (como em 31b), enquanto verbos inacusativos feririam o princípio C²³. Mais especificamente, como na ARG-ST o sujeito superficial seria um OD o-comandado pelo dativo, ele não poderia ser o-ligado, conforme (21), uma vez que, segundo esse princípio, elementos não pronominais devem ser o-livres. Note-se, também, que com SPs ele pode ser ligado, conforme (32c), pois o sujeito alçado o-comandaria o SP anafórico em ARG-ST.

- (31) a. Os alunos me bateram.
b. Os alunos_i se_i bateram.
c. Os alunos_i bateram em si mesmos_i.
- (32) a. No campo de batalha, me surgiram adversários.
b. *No campo de batalha, se_i surgiram adversários_i.
c. No campo de batalha, surgiram adversários_i para si mesmos_i: suas (próprias) consciências.²⁴

Assumindo-se que a ligação é feita de acordo com algum tipo de proeminência sintática (e não semântica), os paradigmas em (31) e (32) devem mostrar que há algum tipo de diferença de proeminência estrutural entre o verbo *bater* e o verbo *surgir*. Acreditamos que essa diferença, então, seja a inacusatividade do segundo frente à inergatividade do primeiro.²⁵ Assim, pela diferença de proeminência de sujeitos profundos (31) – sempre primeiro argumento de ARG-ST – e sujeitos alçados (32) – segundo argumento em ARG-ST na presença de um dativo –, o pronome dativo, que na ARG-ST está exatamente entre sujeito e objeto direto, só pode ser ligado em verbos inergativos. Evidência adicional para a posição do sujeito alçado em ARG-ST é o fato de que, apesar de não poder ser ligado a dativos, pode ser ligado a SPs plenos, como em (32c).

Note-se que, com essa análise, não é necessário nenhum tipo de restrição adicional de realização para os verbos inacusativos (cf. MANNING; SAG 1998, 1999), uma vez que, pela hipótese de Integridade Lexical de Miller e Sag (1997), defendida em

²³ Embora não se considere, tradicionalmente, que “bater” tenha um complemento dativo, em diversos testes, é possível provar que esse clítico é um tipo de argumento dativo. Primeiramente, não é possível se obter uma voz passiva que tenha o mesmo sentido de (31a), cujo sujeito seja o dativo *me*; o que exclui a possibilidade de que ele seja um OD (a sentença “Eu fui batido” é derivada a partir de outro sentido do verbo “bater”, cujo sujeito é o “objeto movido” e não o “destino do golpe”). Além disso, é possível adicionar outro argumento direto a essa estrutura, como em “Os alunos me bateram o taco de beisebol na cabeça”. Adicionalmente, é possível postular uma classe coerente semântica e sintaticamente (verbos de contato), que exibe um comportamento de dativo para esse mesmo tipo de argumento, constituída pelos verbos *bater*, *tocar*, *encostar*, *fixar*, etc.

²⁴ Também encontramos no Google o seguinte exemplo: “Eles surgem para si mesmos como fiéis seguidores do único contrato válido.” Um parecerista anônimo também pontuou o seguinte exemplo: “A atriz cresceu para si mesma (naquele momento da interpretação)” vs. “*A atriz se cresceu (naquele momento da interpretação)”.

²⁵ Nesse trabalho, assumimos, para o PB, uma distinção binária para verbos biargumentais que não têm objeto direto superficial – que chamamos de intransitivos (em *lato sensu*) –, entre verbos inacusativos (cujo sujeito alçado é um objeto direto na hierarquia de proeminência proposta em (27)) e os demais verbos, que chamamos de inergativos (cujo sujeito é um sujeito “profundo”, ou simplesmente o sujeito na hierarquia proposta em (27)).

Soares e Ribeiro (2011) para o PB, o clítico é associado previamente à sua realização morfofonológica, deixando somente um argumento disponível para a restrição de realização canônica de intransitivos, conforme *intrans-verb-lxm*. Ou seja, baseando-nos na proposta de Manning e Sag (1998, 1999) e de Manning *et al.* (1999) para tratar verbos intransitivos (isto é, cf. os autores, verbos com um único argumento, o qual é realizado como sujeito), acreditamos que esses verbos, em sua versão cliticizada, têm o clítico na primeira posição da ARG-ST (ligado previamente à realização cliticizada) e o sujeito alçado na segunda posição (disponível para restrição de realização). Como proposto em Miller e Sag (1997), o clítico é uma condensação de traços morfológicos do verbo, materializados fonologicamente por meio de uma restrição morfofonológica no item lexical. Ou seja, ele não está disponível para restrições de realização canônica, que, por definição, só operam sobre *synsems*. Já o segundo elemento da ARG-ST é um sintagma nominal pleno (um *synsem*), que, pela restrição de realização canônica intransitiva, é realizado na posição de sujeito da sentença. Assim, acreditamos que os verbos em (31) e (32) são verbos que, quando cliticizados, tornam-se verbos intransitivos, uma vez que só resta um único argumento para ser ligado à função de sujeito, ou seja, a restrição de realização canônica de intransitivos em (24), explicada em (a), só tem um argumento disponível sobre o qual pode operar.

Os demais problemas apontados para análises que associam clíticos e sintagmas preposicionados podem ser resolvidos nessa mesma direção. Os exemplos em (11b) e em (12b), repetidos aqui como (33) e (34), referem-se a verbos de alçamento. Segundo a Generalização de Burzio, esses verbos podem ser tratados como inacusativos. Seguimos essa proposta ao propormos que os sujeitos desses verbos ocupam a mesma posição em ARG-ST que os “sujeitos promovidos” de verbos inacusativos de (32), por exemplo.

(33) O psicólogo_i parece/soa para si mesmo_i (estar) confuso.

(34) *O psicólogo_i se_i parece/soa (estar) confuso.

Note-se que os efeitos de ligação são exatamente os mesmos em (32) e em (33) e (34): quando há um SP, ele pode ser ligado ao sujeito alçado, pois na ARG-ST este o-comanda aquele; já quando há um dativo pronominal reflexivo, ele não pode ser ligado ao sujeito alçado, uma vez que, em ARG-ST, o dativo o-comanda a posição de OD (alçada a sujeito pela restrição de realização canônica de intransitivos), o que, novamente, feriria o princípio C em (21).

Por fim, retomamos o caso da ligação de argumentos em verbos bitransitivos, e crucialmente o caso da reflexivização do pronome dativo em frases passivas, apresentado nos exemplos (7b-10b) e repetido em (35-38) abaixo.

(35) O psicólogo_i apresentou um (novo) Pedro_j para si mesmo_{i/j}.

(36) João_i se_{i/*j} apresentou um (novo) Pedro_j.

(37) Um (novo) Pedro_i foi apresentado para si mesmo_i (pela psicóloga).

(38) *Um (novo) Pedro_i se_i foi apresentado (pela psicóloga).

O primeiro ponto a se observar é que, em (35), tanto o sujeito quanto o OD

podem ser o-ligados ao SP pleno e, em (36), somente o sujeito pode ser o-ligado ao dativo. Diferentemente da proposta de Burzio (1986), que propõe uma natureza especial para o pronome *SE* – orientado para o sujeito profundo –, nossa proposta deriva essas ligações da hierarquia de o-comando proposta em (27): estando na última posição da ARG-ST, os oblíquos são o-comandados tanto pelo sujeito quanto pelo OD, podendo ser o-ligados a ambos; já os dativos, que estão na posição entre o sujeito e o OD, só são o-comandados pelo sujeito da sentença, só podendo ser ligados a este²⁶.

Quanto às passivas em (37) e (38), propomos uma análise semelhante à proposta para verbos inacusativos e verbos de alçamento: como estamos propondo uma versão em HPSG da “Generalização de Burzio”, estando na segunda posição da ARG-ST, os sujeitos dessas sentenças não o-comandam os clíticos dativos reflexivos, uma vez que a primeira posição da ARG-ST, em verbos bitransitivos na forma passiva, é ocupada pelo clítico dativo, conforme a regra de passivização em (39) abaixo²⁷.

(39) Regra lexical da passiva de verbos bitransitivos com clíticos dativos:

$$\left[\begin{array}{l} \text{active-verb} \\ \text{ARG-ST } \langle \boxed{1}_i, \boxed{2}, \boxed{3} \rangle \\ \text{CONT } \boxed{4} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} \text{passive-verb} \\ \text{ARG-ST } \langle \boxed{2}, \boxed{3} \rangle (\oplus \langle \text{PP}[\text{by}]_i \rangle) \\ \text{CONT } \boxed{4} \end{array} \right]$$

(adaptado de MANNING; SAG, 1998, p. 67)²⁸

Desse modo, os clíticos dativos são reflexivos $\boxed{2}$ que o-comandam os sujeitos alçados $\boxed{3}$. Assim, segundo o Princípio C em (21), um elemento não-pronominal, como esses sujeitos alçados $\boxed{3}$ em (38), deve ser o-livre e, por isso, a sentença passiva

²⁶ Culicover e Jackendoff (2005) apontam restrições de ordenamento linear em possibilidades de ligação anafórica, e essas restrições poderiam estar alterando os resultados em (36), uma vez que linearmente somente o sujeito precede o clítico dativo. No entanto, em PB, proeminência gramatical parece ser mais importante para ligação anafórica que ordenamento linear, como se pode ver em (i).

(i) O João protegeu de si mesma; a Maria_i.

Nesse caso, embora somente *O João* preceda *de si mesma*, essa expressão anafórica somente pode ser ligada ao OD *a Maria*.

²⁷ Em Soares & Ribeiro (2011), para dar conta do fenômeno da Subida do Clítico em Português Brasileiro, é assumida uma análise da passiva um pouco distinta da assumida neste trabalho, que é baseada em Manning e Sag (1998, 1999). Nesse trabalho, os autores seguem Manning *et al.* (1999), que tratam os sujeitos de verbos de alçamento *parecer* e da cópula *ser* da sentença passiva como elementos da ARG-ST desses verbos, por meio de uma lista complexa (*nested list*). Uma lista desse “tipo” inclui os elementos de um verbo subordinado ao verbo de alçamento, que se tornam acessíveis à função de sujeito pela função *Compressão*. Essa função, em termos sumários, junta listas de subcategorização e elimina PROs da ARG-ST, tornando a lista apta para restrições de realização canônica como, por exemplo, a “realização canônica de ergativos intransitivos”. A proposta desses autores para verbos de alçamento difere da assumida em Pollard e Sag (1994), e também difere, em parte, da proposta de utilização da operação de *Compressão* (MANNING E SAG 1998 e MANNING *et al.* 1999); no entanto, nesse trabalho, a utilização de *Compressão* não fere seus princípios de formulação e possibilitam uma análise motivada interlinguisticamente de operações de alçamento, proposta que pode ser coadunada aos resultados deste trabalho.

²⁸ Observe-se que a mesma regra pode operar sobre verbos bitransitivos do inglês na forma do duplo objeto. Operando-se com essa regra de passivização seria simples propor a utilização das restrições de realização canônica para vincular o dativo à posição de sujeito e o OD ficar *in situ*.

reflexiva em (38b) é agramatical, tendo em vista que o sujeito não-pronominal seria o-ligado. Note-se que um elemento fundamental da análise é o fato de o SP ocupar outra posição na ARG-ST, o que explica por que as mesmas sentenças, substituídos os clíticos por SPs anafóricos, são gramaticais (como em (37)): as anáforas de SPs, uma vez que são o-comandadas, são o-ligadas ao sintagma nominal pleno na posição de OD na ARG-ST. O sintagma nominal não pronominal, por sua vez, é o-livre.

5. ESTENDENDO A ANÁLISE E AS CONSEQUÊNCIAS: DATIVOS EM OUTRAS LÍNGUAS

Uma vez assumida a proposta de posição hierárquica dos dativos em ARG-ST, interlinguisticamente, há uma série de fenômenos que podem ser explicados por essa generalização. Nesse trabalho, restringiremo-nos a analisar as propriedades de ligação dos dativos em duas outras línguas, uma vez que essas propriedades fornecem evidência adicional, ao mesmo tempo que, aparentemente, colocam um problema para a análise que propomos aqui: analisaremos os casos (i) do inglês, em que os dativos são realizados como primeiro objeto em construções de duplo objeto, e (ii) do albanês, em que os dativos são marcados morfossintaticamente.

Em inglês, dativos são realizados como primeiro sintagma nominal de construções de duplo objeto. Larson (1988) explorou as assimetrias sintáticas entre os dois objetos dessas construções, arrolando uma série de exemplos que mostram que o primeiro objeto c-comanda o segundo. Em HPSG, Pollard e Sag (1994) propõem também que o primeiro objeto o-comanda o segundo (como propomos para os clíticos dativos do PB). Observe os exemplos abaixo:

- (40) a. I showed Mary herself.
b. *I showed herself Mary.

- (41) a. I presented/showed Mary to herself.
b. *I presented/showed herself to Mary.

(LARSON, 1988, p. 335-338).

Os exemplos mostram que, assim como os clíticos do PB em relação aos SPs, os primeiros objetos (dativos) de construções de duplo objeto do inglês exibem um comportamento diferente do SP encabeçado por *to* “para” com relação às suas propriedades de ligação anafórica. Mais do que isso: Larson (1988) mostra que o dativo, além de só poder ser ligado com o sujeito, também é um antecedente possível para o segundo objeto da construção. Essa possibilidade interessante também pode ser obtida em outras línguas, inclusive línguas com caso dativo morfologicamente marcado, como o albanês em (42)²⁹:

- (42) Agimi ia ktheu librin e tij_i [secilit autor]_i
Agim-NOM 3sD3sA devolver livro-ACC seu_i [cada autor]_i
'Agum devolveu para cada autor_i seu_i livro.'

(MARANTZ, 1993, p. 118)

²⁹ Embora Culicover e Jackendoff (2005) apontem que o problema nesses casos é o ordenamento linear, em Albanês, isso não parece ser verdade, uma vez que o dativo segue ao OD.

Seria interessante se, em PB, dativos pudessem ter a propriedade de ser antecedentes para elementos sintáticos mais oblíquos. Os dados do PB, no entanto, não se comportam exatamente da mesma forma do inglês e do albanês. Parece que os dativos não são bons antecedentes para reflexivos mais oblíquos, o que poderia ser um contra-argumento para a análise uniforme que estamos propondo nesse artigo. Sentenças em que o dativo é antecedente para outro objeto sintático mais oblíquo não são consideradas boas por todos os falantes em PB, como em (43) abaixo³⁰:

- (43) a. O João_i presenteou o Pedro_j. Ele_i lhe_j deu fotos de si mesmo_{i/?j}.
b. ?O João_i presenteou a Maria_j. Ele_i lhe_j deu fotos de si mesma_j.
- (44) a. O João_i presenteou o Pedro_j. Ele_i deu fotos de si mesmo_{i/*j}.
b. *O João_i presenteou a Maria_j. Ele_i deu fotos de si mesma_j.

Em (43a), a interpretação claramente preferencial é que as fotos são de João, assim como, em (43b), a sentença com o reflexivo é quase inaceitável. Em (44), no entanto, a falta do pronome clítico dativo torna as sentenças completamente inaceitáveis no sentido relevante, embora no nível interpretativo seja claro o destinatário das fotos. No entanto, a presença de um argumento no nível interpretativo não é suficiente para que ele licencie a expressão anafórica. Então, concluímos que, embora as sentenças acima, com o dativo, não sejam muito naturais, elas ainda mostram que o dativo é um antecedente possível, em contraste com um argumento implícito ou pragmaticamente inferido.

Em (45) abaixo, quando a oração não tem um sujeito que seja um antecedente possível e utilizamos um reflexivo, sendo o dativo o único antecedente que poderia ser ligado, parece haver a exigência da expressão desse pronome, pois sem ele a sentença se torna inaceitável.

- (45) A Maria_i está muito triste/deprimida. Os fracassos *(lhe_i) tiraram a confiança em si mesma_i.

(Adaptado de BEAVERS; NISHIDA, 2010, p. 223)

Portanto, embora haja casos complexos sobre os quais serão necessárias considerações mais acuradas, tais como em (43), em alguns contextos, dativos em PB exibem uma comportamento similar a dativos de outras línguas (em alguma medida, de natureza diferente) com relação às possibilidades de ligação: eles podem ser antecedentes para anáforas e são requeridos para licenciar pronomes reflexivos menos proeminentes.

Desfeita essa aparente diferença entre dativos do inglês e dativos marcados morfologicamente do albanês em comparação com os clíticos dativos do PB e de outras línguas românicas, podemos postular que todos esses estão na mesma posição em ARG-ST. Assim, diferentemente do que propõe Chomsky (1955/1975) e Larson (1988), que associam o dativo do inglês ao SP encabeçado por *to*, sustentamos que o dativo tem sua própria posição de proeminência estrutural, diferente desse complemento oblíquo. Considerações similares podem ser traçadas para o dativo em albanês.

³⁰ Os julgamentos tendem a variar entre os falantes. Para o nosso argumento, seria melhor que as sentenças fossem consideradas boas (como foi o julgamento de um dos pareceristas anônimos).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se inseriu em uma das principais questões debatidas com respeito à morfossintaxe dos clíticos pronominais das línguas românicas: a natureza da relação entre esses clíticos e os sintagmas plenos com os quais alternam ou coocorrem. Nesse sentido, formulamos uma hipótese em que clíticos pronominais dativos no PB não correspondem aos SPs aos quais são, por vezes, associados. Para sustentar a análise dos fatos que utilizamos como argumento para essa dissociação, nossa principal hipótese foi defender que dativos são *placeholders* sintáticos de proeminência intermediária: por um lado, são mais proeminentes que objetos diretos, por outro, menos proeminentes que sujeitos profundos. Finalmente, buscamos demonstrar que os pronomes clíticos dativos compartilham características sintáticas com o primeiro sintagma nominal de construções de duplo objeto (do inglês) e com argumentos marcados morfologicamente com o caso dativo (do albanês).

Metodologicamente, inserimos nossa discussão nos pressupostos teóricos da HPSG. A HPSG é uma gramática representacional, lexicalista, orientada para a superfície, de um só nível (não-derivacional) e de unificação (diferentes módulos se relacionam em paralelo). Para a formalização dessa arquitetura, a HPSG utiliza matrizes de atributo-valor e compartilhamento de valores. Neste trabalho, derivamos as características sintáticas dos dativos de um atributo em especial: o elemento fundamental da análise é a posição do dativo na ARG-ST, atributo proposto por Manning (1996), Manning e Sag (1998, 1999) e Manning *et al.* (1999), e incorporado a essa teoria em Bender *et al.* (2003).

Na primeira seção, revisamos propostas prévias que lidam com as propriedades sintáticas de clíticos pronominais e de argumentos plenos em HPSG, como proposto por Miller e Sag (1997), por Monachesi (1999, 2005), e em modelos derivacionais, tanto na chamada “abordagem baseada em movimento” (KAYNE, 1975; RIZZI, 1986), quanto na “abordagem baseada em geração na base” (RIVAS, 1977; BOUCHARD, 1982; JAEGGLI, 1982, 1986; BORER, 1981; BURZIO, 1986). Apresentamos, também, dificuldades teóricas e empíricas no tratamento de fenômenos sintáticos do clítico dativo em PB e em outras línguas românicas.

Na segunda seção, delineamos alguns pontos da HPSG – teoria da ligação, análise de ergatividade e inacusatividade –, e, por meio delas, propomos a análise da seção 3: clíticos dativos ocupam uma posição intermediária na hierarquia das funções diretas que é diferente da posição que ocupa o SP pleno. Por fim, na última seção, sustentamos que essa é a posição abstrata de qualquer tipo de argumento dativo, mesmo que sejam superficialmente marcados morfologicamente ou posicionalmente, ou realizados como clítico pronominal.

Nossa conclusão é a de que esses clíticos pronominais em PB compartilham propriedades com dativos de outras línguas (marcados morfologicamente ou não) e não são sintaticamente vinculados, em nenhum nível, aos SPs que com eles alternam, mantendo a proeminência estrutural característica desse tipo de argumento, que unifica as diferentes realizações de dativos como uma única classe natural. Essa proeminência pode ser bem codificada no *framework* da HPSG, crucialmente por meio da posição dos dativos na ARG-ST. Aceitando a proposta de unificação que propomos, nos opomos a análises tradicionais de dativos, como Chomsky (1955/1975) e Larson (1988), que os analisam como relacionados às formas preposicionadas. Mostramos justamente o contrário: as propriedades sintáticas de uma e outra dessas construções sugerem que

elas, ainda que sejam utilizadas em alguns casos para expressar significados similares, não são relacionadas, assumindo-se um único nível representacional para a sintaxe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANAGNOSTOPOULOU, Elena. Clitic doubling. In: EVERAERT, Martin; RIEMSDIJK, Henk van (eds). *The Blackwell Companion to Syntax*. Malden: Blackwell, 2006, p. 519-581.
- BENDER, Emily M.; SAG, Ivan A.; WASOW, Thomas. *Syntactic Theory: A formal introduction*. (2ª edição) Stanford: CSLI Publications, 2003.
- BEAVERS, John; NISHIDA, Chiyo. The Spanish dative alternation revisited. In: COLINA, Sonia; OLARREA, Antxon; CARVALHO, Ana Maria. *Romance linguistics 2009: Selected papers from the 39th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)*. Amsterdã: John Benjamins, p. 217-230. 2010.
- BORER, Hagit. *Parametric variation in clitic constructions*. Tese de Doutorado: MIT, 1981.
- BORER, Hagit (ed.): *Syntax and Semantics 19: The Syntax of Pronominal Clitics*. New York: Academic Press, 1986.
- BORSLEY, Robert D. Phrase-Structure Grammar and the Barriers Conception of Clause Structure. *Linguistics* 27, p. 843–863. 1989.
- BURZIO, Luigi. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- BOUCHARD, Denis. On the Content of Empty Categories. Tese de Doutorado: MIT, 1982.
- BOUMA, Gosse; MALOUF, Rob; SAG, Ivan A.. Satisfying Constraints on Extraction and Adjunction. *Natural Language and Linguistic Theory* 19.1: p. 1-65. 1998.
- CHOMSKY, Noan. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. Chicago: UCP, 1955/1975.
- _____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CULICOVER, Peter W.; JACKENDOFF, Ray S. *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DEMONTÉ, Violeta. Dative alternation in Spanish. *Probus* 7: p. 5-30. 1995.
- EVERAERT, Martin. Binding Theories: A Comparison of Grammatical Models. In: OOSTENDORP, Mark van; ANAGNOSTOPOULOU, Elena (ed.). *Progress in Grammar*. Articles at the 20th Anniversary of the Comparison of Grammatical Models Group in Tilburg. Utrecht: Roquade, 2001. Disponível eletronicamente em: <http://www.roquade.nl/meertens/progressingrammar/toc.html>.
- JACKENDOFF, Ray S. On Larson's treatment of the double object construction. *Linguistic Inquiry* 21, p. 427-456. 1990.
- JAEGGLI, Osvaldo. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.
- _____. *Three Issues in the Theory of Clitics: Case, Doubled NPs and Extraction*. In: BORER, Hagit (ed.), 1986. p. 15-42.
- KATHOL, Andreas. Agreement and the syntax–morphology interface in HPSG. In: LEVINE, Robert; GREEN, Georgia (eds.), 1999. p. 223–274.
- KAYNE, Richard S. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.

- LARSON, Richard K. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry* 19: p. 335-391. 1988.
- LEVINE, Robert; GREEN, Georgia (eds.). *Readings in Modern Phrase Structure Grammar*. Cambridge: CUP, 1999.
- MANNING, Christopher. *Ergativity: Argument Structure and Grammatical Relations*. Stanford, CA: CSLI Publications, 1996.
- _____. ; SAG, Ivan A. . Argument Structure, Valence, and Binding. *Nordic Journal of Linguistics*, p. 107–144. 1998.
- _____. Dissociations between Argument Structure and Grammatical Relations. In: KATHOL, Andreas; KOENIG, Jean-Pierre; WEBELHUTH, Gert (eds.). *Lexical and Constructional Aspects of Linguistic Explanation*. Stanford: CSLI Publications, 1999. p. 63–78.
- _____. IIDA, Masayo. The Lexical Integrity of Japanese Causatives. In: LEVINE, Robert; GREEN, Georgia (eds.), 1999. p.39–79
- MARANTZ, Alec. Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In: MCHOMBO, Sam A. (ed.). *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. CSLI Publications, 1993. p. 113-150.
- MENUZZI, Sergio. *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. The Hague: Holland Academic Graphics, 1999.
- MILLER, Philip. Postlexical cliticization vs. affixation: coordination criteria. In: CANAKIS, Costas; CHAN, Grace; DENTON, Jeanette (eds.). *Proceedings of the 28th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, 1992. p. 382-396.
- _____. ; SAG, Ivan A. French Clitic Movement without Clitics or Movement. *Natural Language and Linguistic Theory* 15. p. 573-639. 1997.
- MONACHESI, Paola. *A Lexical Approach to Italian Cliticization*. Stanford: CSLI Publications, 1999.
- _____. *The verbal complex in Romance: A case study in grammatical interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PERLMUTTER, David M. *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1971.
- POLLARD, Carl; SAG, Ivan A. *Information-based Syntax and Semantics: Fundamentals*, Vol. 1. Stanford: CSLI Publications, 1987.
- _____. *Head-driven Phrase Structure Grammar*. Chicago: Chicago University Press, 1994.
- REINHART, Tanya; REULAND, Eric. Reflexivity. *Linguistic Inquiry* 24.4: p. 657-720. 1993.
- RIBEIRO, Pablo N.; SOARES, Eduardo C. *Reducing Clitics to Inherent Properties: interactions between agreement and anaphor binding*. Manuscrito não-publicado, a sair.
- RIVAS, Alberto Mario. *A Theory of Clitics*. Tese de Doutorado: MIT, 1977.
- RIZZI, Luigi. On Chain Formation. In: H. Borer, 1986. p. 65- 95.
- SAG, Ivan A.; FODOR, Janet D. Extraction Without Traces. In: *West Coast Conference on Formal Linguistics*. Stanford Linguistics Association, p. 365–384. 1994.
- SAG, Ivan A.; GODARD, Danièle. Extraction of De-Phrases from the French NP. In: GONZÁLEZ, Mercè (ed.). *Proceedings of the North Eastern Linguistics Society* 24, 1994. p. 519-541.
- SOARES, Eduardo C.; RIBEIRO, Pablo N. O status dos clíticos no português brasileiro: análise de algumas de suas propriedades em HPSG. In: SCHWINDT, Luiz C., SCHER, Ana P., COLINSCHON, Gisela; QUADROS, Emanuel S. (Orgs). *ReVEL*,

edição especial n. 5, 118-149. 2011.

SOARES, Eduardo C. Cliticização em Português: Evidência para Arquitetura Paralela. *Comunicação apresentada no XI SIC da PUC-RS*. 2010. Resumo expandido disponível eletronicamente em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Linguistica/Linguistica/84207-EDUARDOCORREASOARES.pdf>

_____.; MENUZZI, Sergio. Introduzindo e Problematizando Papéis Temáticos e Hierarquias Temáticas: Uma Questão de Interfaces. In: *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 35 n. 59, jul.-dez., 13-43. 2010. Disponível eletronicamente em <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>

SPORTICHE, Dominique. Clitic Constructions. In: J. ROORYCK; L. ZARING (eds.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer, p. 213–276. 1996.

_____. *Partitions and Atoms of Clause Structure: Subjects, Agreement, Case and Clitics*. London/New York: Routledge, 1998.

_____. *French reflexive se: Binding and Merge locality*. Manuscrito não publicado. UCLA, 2011.

TORRES MORAIS, M. A. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN 5*. p. 239-266, 2006.

Recebido em 02/05/2012

Aceito em 26/06/2012

Versão revisada recebida em 27/06/2012

Publicado em 30/06/2012

DISSOCIATING FULL PHRASES AND PRONOMINAL CLITICS – THE CASE OF DATIVE CLITICS IN BRAZILIAN PORTUGUESE

ABSTRACT: *In this paper, we aim to show that dative pronominal clitics in Brazilian Portuguese do not correspond to the prepositional phrases with which sometimes they alternate. In order to do that, we present a hypothesis that captures these clitics' characteristics, according to which datives are syntactic placeholders more prominent than direct objects, but less prominent than deep subjects. We implement this analysis within the framework of HPSG – that is, we derive the syntactic properties of datives from their position in the ARS-ST, attribute proposed by Manning (1996), Manning and Sag (1998; 1999) and Manning et al. (1999), and incorporated to this framework in Bender et al. (2003). We attempt to prove that these clitics share syntactic properties with the first noun phrase in double object constructions (in English) and with case-marked dative arguments (in Albanian).*

KEYWORDS: *Argument Structure; Pronominal Clitics; Datives; HPSG.*

